



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nº 42670- PGGB/PGR

Petição n. 9.844/DF - Eletrônico

Relator : Ministro Alexandre de Moraes
Requerente : Delegado de Polícia Federal
Requerido : Roberto Jefferson Monteiro Francisco

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator:

O Ministério Público Federal denunciou Roberto Jefferson Monteiro Francisco pela prática dos crimes tipificados no art. 23, inciso IV, c/c o art. 18, ambos da Lei n. 7.170/1983, por 3 vezes, na forma do art. 71 do Código Penal; no art. 286 c/c o art. 163, parágrafo único, incisos II e III, do Código Penal; no art. 26 da Lei n. 7.170/1983; e no art. 20, § 2º, da Lei n. 7.716/1989, por 2 vezes, na forma do art. 71 do Código Penal.

Em sessão virtual realizada em junho de 2022, a denúncia foi integralmente recebida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Houve deliberação de declínio de competência para vara da Justiça Federal em Brasília. Mais adiante, porém, V.Exa. submeteu ao Plenário proposta de manutenção da competência do Supremo Tribunal para processamento e julgamento da petição ora em foco, tema a que a Procuradoria-Geral da República é agora chamada a ponderar.

- II -

O avanço das investigações no INQ n. 4.923/DF¹ permitiu que se relacionassem os ataques promovidos contra as instituições da República — notadamente contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional — com o propósito de impulsionar uma inescusável ruptura institucional. Daí a referência nos autos a:

Uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o CONGRESSO NACIONAL e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, utilizando-se de uma rede virtual de apoiadores que atuam, de forma sistemática, para criar ou compartilhar mensagens que tenham por mote final a derrubada da estrutura democrática e o Estado de Direito no Brasil.

Com efeito, o atentado à democracia do dia 8.1.2022 culmina a escalada de empreendimentos viciosos. Percebe-se que os dramáticos eventos desse domingo foram viabilizados por estrutura de financiadores, incitadores e executores, além dos autores intelectuais. A partir dessas premissas, o Plenário do STF fixou como sua a competência para processar e julgar todos os crimes do contexto de 8 de janeiro, independentemente da condição de civil ou militar dos investigados ou de estarem ordinariamente em regime de foro por prerrogativa de função².

Os fatos imputados ao réu Roberto Jefferson podem ser vistos como elo relevante nessa engrenagem que resultou nos atos violentos de 8 de janeiro

¹ Inquérito n. 4.923/DF. Relator: Ministro Alexandre de Moraes.

² Inq. 4.879 Ref e Inq. 4.879 Ref-segundo, rel. o Ministro Alexandre de Moraes, Pleno, DJe 10/04/2023

de 2023. Essa perspectiva se fortalece na consideração de que se atribui ao réu, além de haver utilizado parte da estrutura partidária financiada pelo erário para fragilizar as instituições da República, ter formulado publicamente túrpidos ataques verbais contra instituições centrais da República democrática, num esforço que a visão deste momento permite situar como estratégia dirigida a fomentar movimento de rompimento condenável da ordem política.

Essa concatenação de fatos foi vantajosamente percebida neste trecho da decisão do Ministro Alexandre Moraes:

Observo, portanto, que as investigações decorrentes dessa Pet 9.844/DF possuem estreita relação com as dos Inquéritos 4920, 4921, 4922 e 4923, não me restando dúvidas da vinculação direta, decorrente de incitação, com os atos criminosos que resultaram na invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, restando evidenciada a conexão entre as condutas atribuídas a ROBERTO JEFFERSON na presente denúncia e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos, envolvendo pessoas comuns e investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE, que culminaram no processamento de mais de mil e duzentas ações penais por esta CORTE.

Há motivos bastantes, portanto, para que, em reanálise da questão da competência pelo Plenário, seja estabelecida a competência do STF para o processamento e julgamento do feito.

Brasília, 18 de January de 2024.

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República